

Os limites impostos pelo modo de produção capitalista para a gestão democrática na educação infantil

LUCIF, Gessica (UEPG)
gessicalucif@gmail.com

FLACH, Simone de Fatima (UEPG)
eflach@uol.com.br

1 Introdução

Com intuito de colocar em destaque a importância da oferta da educação infantil e seus processos de gestão, o presente texto tem por objetivo discutir a gestão democrática na educação infantil e sua relação com o modo de produção capitalista. A justificativa para a discussão se pauta nas dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para participar dos processos gerenciais da educação infantil. A busca pela sobrevivência e pela própria vida interfere nas possibilidades de participação na gestão escolar, especialmente na educação infantil, etapa que, historicamente, se mostrou vinculada ao cuidado e não ao processo educacional.

As análises estão pautadas no referencial materialista histórico e dialético, o qual auxilia na compreensão da questão pesquisada, em seu movimento histórico e como reflexo das contradições do capitalismo. Para tanto, a partir de pesquisa bibliográfica, o texto apresenta discussões acerca da lógica que rege o sistema capitalista e das dificuldades enfrentadas pelos pais trabalhadores para participar do processo educativo nas instituições de educação infantil; apresenta reflexões sobre a importância da gestão democrática tanto para os mecanismos de organização escolar quanto o desenvolvimento educacional das crianças que frequentam a educação infantil e tece considerações sobre como o capitalismo influencia na gestão escolar, determinando formas de organização e de relação com a comunidade escolar.

2 Desenvolvimento

O sistema vivenciado na atual forma de sociabilidade é fundamentado na exploração dos trabalhadores em busca da produção e do acúmulo de capital.

Sob tal lógica, os trabalhadores se tornam alienados e, conseqüentemente, impedidos de usufruírem daquilo que produzem. Em uma sociedade capitalista, a classe que detêm os meios de produção oprime aquela que tem a força de trabalho, de modo que seus interesses se tornem hegemônicos e guiem as ações em prol de sua manutenção, pois sob essa lógica, “o que é bom para a classe dominante deve ser bom para toda a sociedade, com a qual a classe dominante se identifica” (ENGELS, 2009, p. 166).

Nesse sentido Marx (2008, p.47) esclarece que na sociedade pautada no modo de produção capitalista, as relações sociais são alicerçadas nos interesses do capital. A sobrevivência da classe trabalhadora se subordina à estrutura econômica da sociedade, de modo que a venda da força de trabalho se torna essencial para que a vida própria e dos familiares seja garantida.

Sob os desígnios do capital, a escola e a educação dos filhos da classe trabalhadora assumem papel fundamental. A sistematização da educação na sociedade capitalista tem como um de seus objetivos formar as novas gerações para o mercado de trabalho, ou seja, cooperar na manutenção da ordem burguesa. Flach e Caldas (2016, p. 2010) compartilham dessa ideia contextualizando que a “educação disponível para a classe trabalhadora é permeada, senão logicamente estruturada, pelos interesses nefastos do capitalismo e a oferta e/ou garantia de educação infantil não foge a essa regra”.

A educação infantil pensada a partir da necessidade da mão de obra feminina no mundo do trabalho, com sua vasta trajetória ao se constituir a primeira etapa da educação básica, conforme disposto no art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, apresenta como princípio a gestão democrática, que é prevista desde 1988, na Constituição Federal do Brasil (Art. 206, inciso VI) no tocante a educação (BRASIL, 1996).

A gestão escolar democrática é uma ação fundamental para o desenvolvimento educativo, segundo Flach (2012, p.21):

Ela implica abertura de espaços de discussão com a comunidade escolar, possibilitando um processo de participação efetiva, em que a consciência coletiva não anula o pensamento individual, mas o transforma na busca do bem comum.

Tendo em vista que a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, nos processos decisórios da escola, a gestão democrática possibilita que os indivíduos superarem a sua passividade e assumam uma postura ativa na efetivação de propostas político – educacionais, se tornando sujeitos atuantes no âmbito escolar

A participação da família na governança democrática das instituições de educação infantil é essencial para atingir seus objetivos de forma significativa. Pois todos os envolvidos em um ambiente escolar devem estar cientes da importância da gestão participativa. Flach e Sakata (2016, p.554) destacam que mesmo com os limites da sociedade capitalista a gestão democrática é “um processo no qual a classe trabalhadora tem oportunidade de contribuir na formação de planos coletivos, objetivando a intervenção na realidade social e histórica”.

É por meio da participação das famílias na gestão escolar que, a classe trabalhadora tem a oportunidade de lutar pelos interesses coletivos, interferindo assim, na realidade social desde a infância de seus filhos.

Dessa maneira, nos limites da sociedade capitalista, o trabalhador é impossibilitado de participar no âmbito escolar. Em contrapartida, a escola também propicia uma ação limitada, uma vez que, está imposta ao sistema capitalista e não prioriza a participação dos pais e/ou responsáveis nos processos educativos e de gestão. Exemplo disso, são as relações público – privadas, as quais apresentam o discurso de uma educação eficaz e de qualidade, porém, não contribui para uma educação emancipadora, isso porque, seus princípios se baseiam na lógica do capitalismo, ou seja, da alienação e da dependência, não priorizando a participação da comunidade escolar. Isso faz com que, aconteça um aumento da desigualdade social.

3 Considerações Finais

O sistema ao qual a sociedade atual está imposta, tem a escola como uma possibilidade de se efetivar os interesses do capital para garantir a manutenção da classe dominante. Uma influência marcante determinada pelo modo de produção, é a educação sistematizada aos filhos da classe trabalhadora, pois a escola atual assume a lógica capitalista na formação de futuros trabalhadores que venderão sua força de trabalho para

a garantia mínima de sobrevivência. Tendo isso como premissa, grande parte do sistema educacional não se para a discussão questões sobre a oferta da educação para maior classe da sociedade, a classe trabalhadora e seus filhos.

Portanto, a participação de pais, mães e/ou responsáveis, possibilitada pelas instituições de ensino de educação infantil aqui discutida, através da gestão democrática, muitas vezes é limitada aos processos de tomadas de decisões locais, ações de rotina e eventos institucionais. Uma vez que, a educação está posta ao modo capitalista, raramente existe acesso para discussão e luta política objetivada em construir planos coletivos que venham a desenvolver a realidade da classe dominada pois, a ação gestonária se organiza para suprir os ideais impostos pelo capitalismo.

Além disso, sob o capitalismo, a gestão democrática se mostra limitada, pois a classe trabalhadora, preocupada com a venda de sua força de trabalho para a própria sobrevivência não vislumbra possibilidades de participação no contexto escolar. A necessidade mais emergente é a garantia da própria vida e de seus familiares.

Nesse contexto, é preciso encontrar possibilidades para que os pais possam assumir compromissos coletivos em prol da educação dos filhos, pois quando isso ocorre se tornam não apenas formadores, mas cidadãos em plenitude. É por isso que a gestão democrática no contexto da educação infantil se torna tão importante, pois além de ser processo formativo para os adultos se torna exemplo de vida para as crianças pequenas, podendo colaborar para outra forma de entender a participação e viver a cidadania.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 03 de fevereiro de 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Escala Educacional, 2009.

FLACH, S. F. **Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira.** Revista Contexto e Educação, v. 27, p. 4-25, 2012.

FLACH, S. F.; CALDAS, J. F. F. **A garantia do direito à Educação Infantil para os filhos da classe trabalhadora nos Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná.** In: Textura, Canoas, v. 18, n.36, 2016. P. 206 – 229.

FLACH, S. F.; SAKATA, K. L. S. **O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-PR.** Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, v. 32, p. 549-569, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.